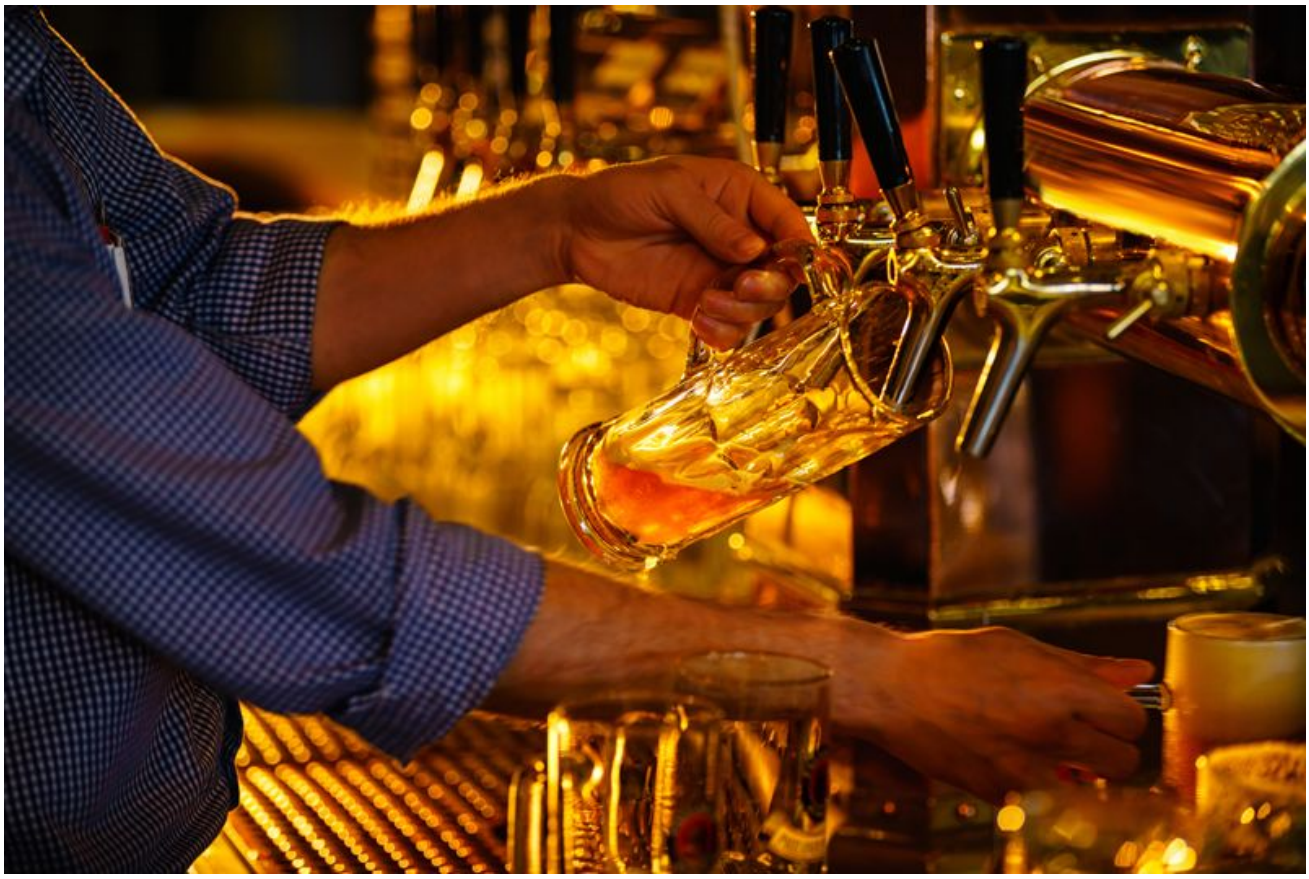
vinetur

# Grã-Bretanha abre consulta sobre extensão dos horários de venda de álcool em grandes eventos até 2029

O Ministério do Interior britânico recebe respostas até 17 de dezembro sobre um plano para alargar os horários de venda em eventos desportivos e culturais de importância nacional

sexta-feira, 20 de novembro de 2026



O Governo britânico abriu uma consulta sobre a possibilidade de manter e atualizar os poderes que permitem alargar os horários de venda de álcool em grandes eventos nacionais, uma medida que poderá afetar pubs, bares e restaurantes até 2029.

O Ministério do Interior britânico anunciou na quinta-feira, 19 de novembro, que, em conjunto com o Departamento da Cultura, dos Media e do Desporto, está a recolher opiniões sobre propostas para continuar a permitir que as autoridades nacionais flexibilizem os horários de venda de bebidas alcoólicas durante eventos considerados de importância cultural ou desportiva nacional. As respostas devem ser enviadas até 17 de dezembro.

A consulta incide sobre eventos que atraem grandes multidões e dão frequentemente origem a celebrações que se prolongam para além do horário normal de encerramento. O Governo afirmou que pretende apoiar os grandes eventos e a economia noturna, protegendo ao mesmo tempo a segurança pública e incentivando o consumo responsável de álcool.

Ao abrigo do sistema atual, a venda de álcool em Inglaterra e no País de Gales está, em geral, sujeita aos horários nacionais de licenciamento, sendo normalmente restringida entre as 23h00 e as 7h00, segundo o documento da consulta. Embora as decisões locais em matéria de licenciamento e as licenças temporárias para eventos possam criar exceções, as autoridades afirmaram que não existe uma disposição nacional permanente que alargue automaticamente os horários em grandes eventos nacionais.

O Governo está agora a ponderar um quadro que permitiria ao Ministro do Interior designar um evento como sendo de importância nacional. Uma vez designado o evento, as autoridades licenciadoras poderiam permitir horários de funcionamento alargados aos estabelecimentos envolvidos no evento ou situados nas proximidades. A consulta indica que seriam aplicados critérios objetivos e salvaguardas para garantir que qualquer extensão seja «adequada e responsável», esperando-se que os requerentes demonstrem como geririam os riscos para a segurança pública e a possibilidade de incómodo público.

O Ministério do Interior afirmou que o poder mais amplo de flexibilizar os horários de licenciamento em grandes eventos em Inglaterra, na Escócia e no País de Gales esteve em vigor por períodos limitados e deverá expirar em 2026. A nova consulta pergunta se esse poder deverá ser prolongado até 2029. O Governo afirmou que a medida se destina a apoiar futuros grandes eventos e festivais.

As autoridades afirmaram que a política visa assegurar maior coerência entre as zonas que acolhem eventos de importância nacional. Disseram também que poderá ajudar os setores da hotelaria e da cultura, permitindo às empresas servir os clientes até mais tarde quando as celebrações públicas de grande dimensão ultrapassarem o horário comercial habitual.

Por isso, a proposta está a ser acompanhada de perto pelo setor das bebidas. Para pubs, bares, restaurantes e outros estabelecimentos licenciados que vendem cerveja, vinho e bebidas espirituosas, horários mais alargados durante eventos de grande visibilidade poderão criar condições de funcionamento mais previsíveis e potenciais vendas adicionais, sobretudo quando as empresas procuram planear a equipa, os stocks e a segurança para períodos de procura invulgarmente elevada. No entanto, qualquer benefício dependerá da frequência com que o poder for utilizado e das condições impostas pelas autoridades locais nas aprovações.

A consulta pede também dados sobre os possíveis efeitos da política na saúde pública, nas comunidades e na atividade policial. As autoridades estão a recolher opiniões sobre o princípio da flexibilização dos horários nacionais de licenciamento, os critérios para determinar quais os eventos elegíveis, o processo a seguir pelas autoridades licenciadoras e as salvaguardas necessárias para limitar os danos.

A justificação apresentada pelo Governo é que algumas celebrações de importância nacional já ultrapassam o âmbito do atual quadro de licenciamento. No documento da consulta, as autoridades afirmaram que grandes comemorações, eventos desportivos de relevo e eventos culturais nacionais podem criar pressão para prolongar os horários de funcionamento, mas que a lei nem sempre oferece às autoridades uma forma clara e coerente de responder.

O documento da consulta refere categorias de eventos como comemorações nacionais, eventos desportivos de relevo e festivais culturais e de entretenimento. Também menciona, de forma mais genérica, «grandes eventos, celebrações e comemorações de importância nacional». O Governo afirmou que quaisquer alterações seriam concebidas para melhorar a experiência dos visitantes sem enfraquecer a supervisão.

Se as propostas avançarem, as autoridades locais continuarão a ter um papel na decisão sobre a concessão efetiva de horários alargados. A consulta afirma que as decisões terão de refletir as características específicas do evento e as condições locais, incluindo o provável impacto nos residentes e os recursos disponíveis para gerir as multidões e garantir a segurança. O Governo afirmou que fornecerá orientações e exercerá supervisão para promover uma abordagem mais coerente.

A revisão surge num momento em que as autoridades procuram equilibrar o apoio às empresas de hotelaria com as preocupações relacionadas com desordem, ruído e danos associados ao consumo de álcool. O prolongamento dos horários de consumo durante grandes eventos pode agradar aos clientes e aos operadores, mas também pode aumentar a pressão sobre os transportes, a polícia e os serviços de emergência caso os controlos sejam insuficientes.

O Ministério do Interior afirmou que todas as respostas serão analisadas antes de serem tomadas quaisquer decisões legislativas ou políticas. Não foi anunciada nenhuma alteração definitiva, e a consulta não garante que o poder seja prolongado ou alargado. Para já, o Governo está a pedir a empresas, autoridades locais, grupos de saúde, forças policiais e membros do público que apresentem dados até 17 de dezembro sobre se os horários nacionais de licenciamento devem ser flexibilizados mais facilmente para grandes eventos e, em caso afirmativo, dentro de que limites.